

Lênin, o campesinato e o MST

*Miguel Ângelo Lazzaretti**

RESUMO: o presente artigo tem como objetivo apresentar as idéias do pensador revolucionário russo Vladimir Lênin a respeito do campesinato, do papel deste na revolução socialista e como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil tem recebido suas influências no processo organizativo dos assentamentos rurais e nas formas de agir politicamente na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Lênin; Campesinato; MST; Revolução.

ABSTRACT: the present article has as objective presents the Russian revolutionary thinker's Vladimir Lênin ideas regarding the campesinato, of the paper of this in the socialist revolution and as the Movement of the Rural Workers Without Earth (MST) in Brazil it has been receiving your influences in the process organizativo of the rural establishments and in the forms of acting politically in the society.

KEYWORDS: Lênin; Campesinato; MST; Revolution.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar o pensamento de Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), líder da revolução russa de 1917, a respeito do papel do campesinato na revolução e as influências de suas idéias no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil (MST).

A idéia do artigo é apresentar a concepção leninista de revolução e como o centralismo democrático tornou-se uma ferramenta importante na condução deste processo para a realidade russa do século passado.

Neste mesmo sentido, apresentamos alguns aspectos teóricos das idéias de Lênin quanto o papel da vanguarda revolucionária no intuito de mostrar a interação destas idéias com as do MST e o quanto o movimento se apega a estes princípios para erigir seus pressupostos teórico-ideológicos.

Por último, destacamos a importância dos princípios cooperativos como forma de acabar com o individualismo nas organizações dos trabalhadores onde segundo Lênin a passagem do trabalho individual para o trabalho coletivo significaria a liquidação da diferença entre os tipos da base econômica de desenvolvimento na cidade e no campo.

2. LÊNIN E OS CAMPONESES

Karl Marx defendia a revolução armada do operariado contra a burguesia, a tomada do poder e a construção de uma sociedade socialista. Marx dizia que isto só seria possível em um país onde o capitalismo já estivesse em um estágio avançado e onde o operariado, trabalhadores da indústria, tivesse uma mentalidade revolucionária.

Neste contexto, Lênin¹ adapta estas teorias para a realidade da Rússia, um país agrícola, com vestígios de um sistema feudal e, segundo a perspectiva de Marx, sem as condições objetivas de ter uma consciência revolucionária. Lênin afirmava que a revolução pode ser possível em países atrasados e agrícolas, através da união dos trabalhadores da cidade e do campo e através da teoria da vanguarda do partido comunista. De acordo com essa teoria, o partido seria o responsável por tomar frente do processo revolucionário e guiar o povo para a revolução.

Lênin era um pensador e um teórico que se preocupava sobretudo com as conexões entre teoria e prática, sendo que o centro de suas reflexões se dava em torno do partido como mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas. Em síntese, destacava o papel do partido enquanto vanguarda revolucionária e a importância do centralismo democrático para o sucesso da revolução.

Neste sentido, Lênin chama a atenção para a importância da organização e da unidade ideológica e revolucionária do movimento de massas:

O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder, a **organização**. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado sob um trabalho servil para o capital, rejeitado constantemente nos "bas-fonds" da miséria negra, de uma incultura selvagem e da degenerescência, o proletariado pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível por esta simples razão de que sua unidade ideológica, baseada sobre os princípios do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização que agrupa os milhões de trabalhadores num exército da classe operária (LÊNIN, 1975:248).

Preocupado com os resultados revolucionários dos movimentos sociais que transcorriam na Rússia de seu tempo, Lênin dizia que a consciência socialista não surge espontaneamente do seio do movimento operário sindical. Ela depende de um conhecimento da totalidade social, conhecimento este que não aparece espontaneamente na massa. O conhecimento revolucionário gerado de fora é trazido para a massa proletária pela vanguarda do partido, responsável pelo desencadear da consciência política socialista do proletário (Sherer-Warren, 1984).

Na obra "Que Fazer?", escrita por Lênin, encontra-se a expressão deste conhecimento:

A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados: 1) a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social democrata; 2) a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; 3) se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população... pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporâneas, conhecimento na apenas teórico, como fundamentado na experiência da vida política.... Para tornar-se um social-democrata, o operário deve ter uma idéia clara da natureza econômica, da fisionomia política e social do grande proprietário de terras, do dignatário e do camponês, dos estudantes e do vagabundo, conhecer seus pontos fortes e fracos, saber enxergar nas fórmulas correntes e sofismas de toda espécie com que cada classe e cada camada social encobre seus apetites egoístas e sua natureza verdadeira; saber distinguir esses ou aqueles interesses que refletem as instituições e as leis, e como as refletem (LÊNIN, 1986:55-56).

Para Scherer-Warren (1984) segundo Lênin, o conhecimento do agir político do conjunto das forças sociais implica, portanto, no conhecimento da totalidade das relações interclasses, bem como da posição relativa do proletariado (o seu particular) nesta totalidade. “Lênin crê que o proletariado, nas relações restritas de seu cotidiano com o patrão, será incapaz de apreender a totalidade das relações de classe numa conjuntura determinada, razão pela qual o movimento pré-socialismo requer uma vanguarda de revolucionários profissionais” (SCHERER-WARREN, 1984:45).

De acordo com Buber (1971), o êxito da revolução depende, segundo Lênin, de uma ação fortemente centralizada e isso encerra um conteúdo o qual não se pode menosprezar:

O que falta é que se trace, continuamente, o limite entre as necessidades dessa ação e as tarefas possíveis de formação descentralizadora da sociedade (que não redundem em prejuízo da ação), entre aquilo que exige a realização da idéia e aquilo que a própria idéia exige, entre as pretensões da vida política da revolução e os direitos de uma vida socialista incipiente (BUBER, 1971:126).

Esta concepção centralizadora de Lênin, segundo o autor acima, manifesta-se como uma tendência encontrada em Marx e Engels: “concepção de um centro absoluto da doutrina e da ação, do qual partem as únicas teses válidas e as únicas ordens decisivas” (Idem: 126-128).

Esta idéia centralizadora Lênin chamava de Centralismo Democrático, fonte de inspiração para o MST. Mas o que era o centralismo democrático leninista? O conceito foi desenvolvido por Lênin na transição dos séculos XIX-XX e exposto em duas obras fundamentais: *Que Fazer?* (1901-02) e *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás* (1904).

Numa polêmica contra o espontaneísmo e o economicismo, que limitavam o proletariado à luta por melhorias no quadro do capitalismo, Lênin defende um partido de tipo novo para disputar a liderança política da sociedade com as restantes classes e assumindo como objetivo o socialismo. Neste ponto radica a divisão da social-democracia russa em duas correntes: revolucionária (Bolcheviques) e reformistas (Mencheviques).

Lênin não inventou o centralismo democrático a partir de idéias abstratas ou voluntaristas. Tal como Marx inspirou-se na organização mais avançada do capitalismo: a grande fábrica, com a sua estrutura vertical e uma disciplina da produção facilmente assimilável pelo proletariado, que com ela se confrontava diariamente.

Para Lênin o que de modo espontâneo domina a classe operária, e por maioria de razões as massas camponesas, é a ilusão ideológica e a inorganização

prática. O proletariado só pode, portanto, conquistar o poder e constituir-se em classe dominante arrastando a totalidade das forças populares e se uma parte dos trabalhadores mais lúcidos e combativos assumir, com intelectuais inteiramente envolvidos com a causa, a tarefa de edificar um partido revolucionário apto a desempenhar um papel de vanguarda, introduzindo no movimento a necessária clareza de visão e firmeza de organização. Um tal partido não pode constituir-se de baixo para cima, por uma simples federação de círculos preexistentes, com as suas ilusões burguesas e o seu anarquismo de seita. Só o pode ser de cima para baixo, a partir de um sólido núcleo organizador (Séve, 2001).

O problema surge quando a idéia acima denota uma maioria fazendo força enquanto uma minoria fica apenas olhando. Falam muito e nada fazem. É o que a tradição socialista costuma chamar de “centralismo burocrático”. Ou seja, alguns conseguem se instalar em posições de comando, em posições administrativas, em confortáveis gabinetes e escritórios, dão ordens, escrevem tratados, fazem teorias, enviam tudo lá de cima para que a maioria, cá embaixo, execute. Na maioria dos casos em que o centralismo foi utilizado como forma de organização, ele se transformou em sua versão burocrática (União Soviética e Alemanha Oriental são alguns exemplos).

Voltando a Lênin e sua idéia de centralismo, a história mostrou que a concepção de centralismo democrático permaneceu, tanto que é inteiramente usada pelo MST. No entanto, não permaneceu como algo feito de cima para baixo. De acordo com Domingues (2005), no livro “O Estado e a Revolução” de 1917, Lênin diz que a democracia dos trabalhadores tem que funcionar na base da mais ampla e intensa discussão antes de qualquer decisão. Para Domingues, as posições de Lênin mudaram. Mas na verdade, o centralismo democrático nunca foi uma fórmula rígida. Sempre foi uma maneira de combinar ampla discussão com ação unitária. Sempre levando em conta as condições concretas da realidade. Quando isso se transformou em uma fórmula, tornou-se “centralismo burocrático”.

Para exemplificar o que significa o centralismo democrático, Domingues (2005), nos cita o exemplo de outro autor marxista sobre o assunto:

Adelmo Genro Filho costumava explicar a necessidade de adotar o centralismo democrático com uma imagem didática. Trata-se de imaginar um grupo de pessoas que encontra uma grande pedra impedindo que sigam seu caminho. Se cada pessoa empurrar a pedra para um lado diferente, não vão conseguir movê-la. Será preciso que entrem num acordo, primeiro. Discutam e decidam com que força, ferramentas e em que direção o obstáculo deve ser afastado. Só depois disso devem, todas, iniciar a ação. Se ela provar errada, voltam a discutir e fazem nova tentativa (DOMINGUES, 2005:01).

Dentro deste contexto, Lênin vai tratar dos camponeses no interior do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia:

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, na há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto, de desigual relacionamento entre as forças de produção e as relações sociais que se pode compreender a existência camponesa (FABRINI, 2002:79).

Esta desigual relação entre as forças produtivas da sociedade fez com que Lênin se referisse ao campesinato como uma “massa reacionária, apoiada em formas arcaicas e patriarcais de vida, na verdade a principal fortaleza do absolutismo” (ABRAMOVAY, 1998:39). Esta massa “disforme” precisava então de uma direção que a fizesse alcançar uma organização política, pois o atraso russo era segundo os leninistas não somente econômico, mas, sobretudo, político. O MST compartilha com esta visão de Lênin de que o campesinato no Brasil precisa de uma direção e uma organização, pois não é organizado politicamente e, portanto, é atrasado. Neste sentido, o movimento lançou a Cartilha nº 4 chamada “Trabalho de Base” onde este trabalho se define “como um jeito de fazer política onde o militante coloca sua alma. É uma paixão carregada de indignação contra qualquer injustiça e cheia de ternura por todos que se dispõem a construir um mundo sem a marca da dominação” (MST, 1999a:22).

O objetivo político de Lênin enquanto dirigente da ala majoritária (Bolcheviques) do P.O.S.D.R (Partido Operário Social Democrata Russo) era de realizar um trabalho em torno dos camponeses pobres que, mesmo possuindo terra, vendiam também sua força de trabalho fazendo parte, portanto, objetivamente, do proletariado. De acordo com ABRAMOVAY (1998:42), o que Lênin queria mostrar era “que o peso imenso das pequenas propriedades mostrava, era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver”. Este ponto de vista de Lênin acabou criando um verdadeiro paradigma marxista no estudo da questão agrária segundo o autor acima referido: “o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista²” (Idem:42).

A idéia da diferenciação social de Lênin estava centrada na polarização rápida do meio rural russo representada pelos camponeses pobres e sem terra

obrigados a vender sua força de trabalho em determinadas épocas do ano e pelos capitalistas rurais. Este debate iria influenciar diversos teóricos marxistas como se esta idéia fosse uma verdadeira lei da natureza (Shanin, 1980).

Agora, em que medida isto se tornou realidade para o cenário atual, contemporâneo? Será que a idéia da eliminação do camponês via transformação capitalista da agricultura tornou-se realidade? Sem dúvida, diz Shanin (1980), que a “diferenciação” exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa. As argumentações teóricas e fatuais em seu favor são válidas. Mas sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é.

Concordamos com o mesmo autor quando diz que, à luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. Neste sentido pergunta Shanin: o que significa tudo isso, em termos da suposição da transformação capitalista da agricultura camponesa? E responde:

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky (SHANIN, 1980:58).

Nesta explicação, Shanin cita o exemplo do Brasil, onde, como país capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto do número dos camponeses, isto é, uma real recampesinização. Por isso, segundo ele, e obviamente “eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno da questão de seu não desaparecimento” (SHANIN, 1980:58).

Sendo assim, ao quebrar o Estado Burguês (objetivo nº I de Lênin), com a revolução de outubro de 1917 na Rússia, e após a tomada do poder pelos operários, Lênin dirigiu a abertura do II Congresso dos Sovietes. Neste congresso, Lênin anunciou as primeiras medidas revolucionárias, conforme um programa elaborado anteriormente. Entre estas medidas estava o Decreto da Terra que abolia a propriedade privada imediatamente e sem indenização, de acordo com REED (1967:145), este decreto prescrevia que:

Todos os domínios dos latifúndios e todas as terras pertencentes ao czar, aos mosteiros, às igrejas, com o gado e os cultivos agrícolas, prédios e outras dependências são postos à disposição dos Comitês da Terra locais e dos soviets distritais

de deputados camponeses do distrito, até a reunião da assembléia constituinte. Qualquer dano causado à propriedade confiscada, que doravante pertence a todo povo é considerado como um crime grave, punível pelos tribunais revolucionários. Os sovietes distritais de deputados camponeses do distrito tomarão as medidas necessárias para a observância da ordem mais estrita, na ocasião da transferência das propriedades agrárias, da determinação das dimensões das parcelas de terreno e de quais ficam sujeitas a confiscação, para a elaboração do inventário de toda a propriedade confiscada e para proteção revolucionária mais severa das explorações agrícolas, dos prédios, das benfeitorias, do gado, das provisões, etc. que passam para as mãos do povo etc. Para servir de guia na aplicação das grandes reformas agrárias, até a resolução final da Assembléia Constituinte deverá cumprir-se as instruções camponesas, que vão anexo, elaboradas de acordo com os 242 regulamentos dos camponeses locais. As terras dos camponeses e dos cossacos que prestam serviço no exército não serão confiscadas (REED: 1967:145).

Para Lênin, a economia familiar do camponês era sinônimo de atraso e por isso era necessário extirpá-la, pois dizia que, enquanto houvesse pequenos camponeses, haveria na Rússia sempre a possibilidade sólida de retorno ao capitalismo. O que a história mostrou foi que a coletivização forçada nos campos da Rússia significou a eliminação física de camponeses na justificativa de que era para o bem do povo.

A resistência camponesa foi constante: matavam seu gado, inutilizavam suas ferramentas, rebelavam-se contra a ocupação das terras e contra a coletivização forçada. Esta, sim, foi realizada numa atmosfera de intimidação, violência e execuções. As perdas humanas foram consideráveis e aproximadamente 13 milhões de pessoas foram deportadas. A propriedade privada sobre a terra foi definitivamente abolida. Qualquer resistência era entendida como atitude contra-revolucionária (MARQUES & OSTERMANN, 2000:43).

Segundo Gomes³ (1999), Lênin, depois de divulgar o Decreto da Terra, procurou explicar que a questão da divisão da terra não seria feita como anteriormente, sem a participação do povo, mas, ao contrário, a divisão seria decidida no próprio local, onde o tamanho dos lotes variaria de acordo com cada localidade e com a necessidade das famílias de camponeses.

Desta forma, de acordo com Hill (1967), Lênin afirmava no Decreto da Terra que as classes não se satisfazem com trapos de papel, mas com bens materiais. Na verdade, Lênin lançava a defesa da liberdade de comércio para o pequeno produtor e da produção de bens de consumo das cidades para serem trocados por produtos agrícolas. Antes de tudo, pensava Lênin, "o camponês deveria sentir-se garantido contra vendas compulsórias e requisições arbitrárias, ficando assim

animado para desenvolver sua fazenda. Depois de pagar imposto proporcional, em espécie, o camponês deveria ter liberdade para vender o resto da sua produção a quem quisesse e onde achasse melhor” (HILL, 1967:147-148).

Agora, por que a questão agrária era tão importante na Rússia dos tempos pré-revolucionários de 1917? Porque exatamente a Rússia contava com uma população rural em torno de 80% da população total do país. Por isso, para os revolucionários da época, principalmente Lênin, “marxista ferrenho”, a **cooperação na agricultura** vai ser outro ponto fundamental para impulsionar a economia russa. “A passagem do trabalho individual para o trabalho coletivo significaria a liquidação da diferença entre os tipos da base econômica de desenvolvimento na cidade e no campo. Para fazer esta aproximação era necessário desenvolver tecnologias adequadas” (GOMES, 1999:198).

Continua GOMES (Idem:198), “em 1916 escreveu Lênin: todas as nações chegarão ao socialismo, isto é inevitável; mas nem todas chegarão exatamente do mesmo modo, cada uma delas trará a sua originalidade...”. Isto obedecia a um plano de desenvolvimento do socialismo que destacava o poder do proletariado com base em três tarefas fundamentais: “primeira, criação de uma poderosa indústria socialista; segunda, passagem gradual das economias camponesas para uma grande economia socializada baseada na técnica mecanizada moderna; terceira, a realização da revolução cultural no país” (Idem, 1999:199).

A cooperação, além de ser gradual, era de fundamental importância política para a sustentação da ditadura do proletariado. Mas não se poderia esquecer que esta deveria proporcionar vantagens econômicas e sociais para os camponeses para que eles se sentissem atraídos pelo sistema de cooperação. O Estado, por sua vez, deveria entrar com o suporte econômico. De acordo com GOLIKOV citado por GOMES (1999:199), “é necessário organizar, conceder à cooperação meios do Estado que ultrapassem, ainda que pouco, os meios concedidos às empresas privadas, mesmo até ao nível dos concedidos à indústria pesada, etc”.

A tarefa para Lênin dos revolucionários era de fazer romper o enorme apego que o camponês tem em relação à propriedade privada da terra. Para isto acontecer, o desenvolvimento da cooperação seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses. A cooperação, portanto, atrairia os camponeses porque lhes daria uma sensível vantagem material, facilitando a venda e a compra de produtos e proporcionando créditos em condições mais vantajosas:

A cooperação é boa e aceitável para os camponeses trabalhadores por lhes ser acessível e compreensível, por ter como base a combinação dos seus interesses pessoais com os interesses do Estado Socialista e por trazer uma vantagem econômica direta. É necessário

estimular os camponeses com fatos, para que se agrupem em cooperativas. Dizia Lênin: “apesar de toda importância que se dá à agitação e à propaganda, não se pode esperar que o pequeno proprietário (o camponês), adira ao socialismo só pela persuasão. Os camponeses devem convencer-se, na prática, de que a sua organização em cooperativas lhes é vantajosa economicamente e que os **métodos coletivos** de direção da economia têm vantagens ponderáveis e indiscutíveis” (GOLIKOV, citado por GOMES, 1999:200).

Como estrategista que era, Lênin compreendia que não era possível convencer de imediato os camponeses a irem para a cooperação. Dever-se-ia começar pelas formas de cooperação mais simples, principalmente na esfera das cooperativas de circulação de mercadorias e de créditos e, posteriormente, avançar para as cooperativas de produção (no caso do MST a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA)) onde a terra e os meios de produção são totalmente de cunho coletivo.

Para chegar a tal ponto da coletivização total, Lênin notava que o atraso cultural dos camponeses era um limitador para o avanço da cooperação. Por isso, construir o socialismo, para ele, significava elevar a cultura e a civilização das massas populares. Para Lênin, a cooperação e a revolução cultural eram inseparáveis. O atraso cultural era, segundo Lênin, consequência do burocratismo do Estado anterior.

Entre nós, as raízes econômicas do burocratismo são diferentes: o fracionamento, a dispersão do pequeno produtor, sua miséria, sua falta de cultura, a falta de comunicações, o analfabetismo, a falta de intercâmbio entre a agricultura e a indústria, a falta de ligação e interação entre elas...este é o preço que a classe operária deve pagar para libertar os camponeses deste atraso cultural (LENINE, 1980:659).

Enfim, a grande preocupação de Lênin com os camponeses estava ligada com a dispersão entre esses, porque estes quando se desuniam se aliavam economicamente e politicamente à burguesia. Sendo assim, tornavam-se inimigos dos anseios da classe operária revolucionária.

3. CONCLUSÃO

De acordo com Sherer-Warren (1984), Lênin é criticado pelo viés autoritário com que tratou da organização que decorria de uma super valorização da vanguarda. A estes ataques Lênin responde que as democracias burguesas têm iludido o povo com slogans de liberdade e igualdade. Enfim, diz a autora, se por

um lado Lênin defende a necessidade da organização e da vanguarda para dar direção ao movimento da transformação social, por outro lado concebe como o verdadeiro produto da revolução o homem que se transforma com sua participação no processo revolucionário, dando origem a um novo homem – o socialista, o comunista. Em suma, completa Sherer-Warren, a revolução política só será vitoriosa para Lênin se for acompanhada por uma revolução cultural.

Para o MST Lênin representa o ponto forte da organização política do movimento. Neste sentido, apesar de Lênin marxistamente defender a futura extinção do campesinato e não ver neste uma classe organizada, o MST se inspira em suas idéias no sentido de promover o centralismo democrático entre seus militantes.

Em suma, o MST além de inspirar-se no centralismo leninista, retira das idéias deste pensador as idéias de cooperação e de elevação da cultura das massas, coisas bem presentes nas cartilhas do movimento. A cooperação seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses. Os aspectos cooperativos atrairiam, portanto, os camponeses porque lhes daria uma sensível vantagem material, facilitando a venda e a compra de produtos e proporcionando créditos em condições mais vantajosas. Já a elevação da cultura proporcionaria um suporte de conhecimento aos camponeses para a elevação de suas consciências políticas.

NOTAS

* Doutor em Sociologia. Professor Adjunto da Unioeste - Campus de Toledo.

¹ Leninismo é o nome dado à doutrina defendida pelo russo Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lênin, que procurou adaptar a teoria marxista do século XIX à nova realidade do século XX.

² O principal escrito de Lênin que reverencia este esforço de explicação sobre a “diferenciação social dos produtores” está presente na obra clássica “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” publicada em 1899.

³ O livro deste autor foi publicado pela editora Expressão Popular, editora que publica todos os livros do MST. O título do livro é “Lênin e a Revolução Russa”, sendo que este livro é leitura “obrigatória” para todos os militantes do MST.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Campinas, Editora Hucitec & Editora da Unicamp, 1998.

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.

DOMINGUES, Sérgio. *Centralismo democrático: entre a pedra e o caminho*. Disponível em: <www.espaçoacadêmico.com.br/052/52domingues.htm>, 2005.

FABRINI, João Edmilson. "O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato". In: *Revista Terra Livre*, ano 18, nº 19, jul/dez. São Paulo: _____, 2002, pp.75-94.

GOMES, Oziel. *Lênin e a revolução no campo*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

HILL, Christopher. *Lênin e a revolução russa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LENINE, V. I. *Um passo em frente dois passos à retaguarda*. Santos, SP: Editorial Estampa, 1975.

LENINE, V.I. "Sobre a cooperação". In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, Tomo III, 1980.

LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1986.

MARQUES, Adhemar & OSTERMANN, Nilse. *Revolução russa: da construção à desconstrução da URSS*. Rio de Janeiro: Editora Lê, 2000.

MST. *Trabalho de base*. Cartilha nº 4, março de 1999a.

REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Lisboa: Edições Avante, 1967.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SÉVE, Lucien. *O que era realmente o centralismo democrático leniniano*. Disponível em: <www.Marxistas.org/português/seve/1999/03-01.htm>, 2001.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.